

MESTRADO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

Título: Padrão de consumo familiar em diferentes estágios de ciclo de vida e níveis de renda no município de Bambuí-MG.

Autor: Érik Campos Dominik

Orientadora: Neuza Maria da Silva

Data da defesa: outubro de 2010

Pressupondo que o padrão de consumo das famílias tenha uma relação bastante estreita com os níveis de renda e com os estágios do ciclo de vida familiar, na medida em que há uma tendência de maior gasto relativo com despesas essenciais nos menores níveis de renda, ao mesmo tempo em que há uma tendência de maiores gastos com educação nas famílias mais jovens e com saúde nas famílias mais tardias, por exemplo, objetivou-se analisar o padrão de consumo das famílias de Bambuí, considerando o ciclo de vida familiar e diferentes níveis de renda. Especificamente, buscou-se examinar se rendas diferenciadas ou estágios de ciclo vida diferentes podem apontar variações nos níveis de consumo. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva e explicativa, questionando uma amostra significativa de famílias nos domicílios urbanos do município, para que se pudesse estabelecer um perfil socioeconômico e demográfico das famílias, além de analisar o consumo familiar em função da renda familiar, dos estágios do ciclo de vida familiar e dos substratos formados pelos estratos destas variáveis. Os resultados mostraram que ambas as variáveis afe-

tam sobremaneira o comportamento das famílias quanto ao consumo, sendo que alguns dos principais itens básicos de despesas, alimentação, habitação e higiene, alteram-se mais com a renda do que com os estágios do ciclo de vida familiar, sendo que esta última variável afeta outros itens essenciais, como a saúde e o vestuário. Outros itens são afetados fortemente por ambas as variáveis, como o transporte e a educação particular, enquanto outros pouco se alteram com a renda e com o ciclo de vida, como os serviços pessoais. Como os substratos analisados são formados pelas variáveis, carregam forte influência delas, mas alguns deles possuem características bastante específicas, como o das famílias recém-formadas de renda média, onde há muito gasto com transporte, o das famílias com filhos pequenos de renda alta, em que se gasta muito com recreação e cultura, o das famílias com adolescentes de renda baixa, onde há muito gasto com alimentação, o das famílias de ninho vazio de renda alta, em que se gasta muito com mesadas e o das famílias no estágio tardio de renda alta, onde se poupa muito.

*

Título: Casamento na roça: uma análise no município de Porto Firme, Zona da Mata de Minas Gerais.

Autora: Kátia Milagres Rosado

Orientadora: Márcia Pinheiro Ludwig

Data da defesa: outubro de 2010

Este trabalho procurou analisar o significado do casamento para famílias proprietárias de terra do município de

Porto Firme a partir das suas vivências, observações e histórias. Para fundamentar a análise tomamos por base diferentes estudos sobre ruralidades, famílias e casamento rural. A pesquisa foi orientada pela perspectiva da metodologia qualitativa a partir da utilização de dados secundários, questionários, entrevistas, observação direta com registro em caderno de campo e registro fotográfico. O trabalho foi desenvolvido com uma amostra constituída por trinta famílias. A análise foi feita pelo cruzamento e comparação dos dados e interpretação qualitativa e quantitativa dos mesmos. Os resultados do estudo foram apresentados por meio de quatro artigos, a saber: Artigo 01 - Famílias e casamentos em processo de mudanças: Do urbano ao rural; Artigo 02 - Os atores sociais no contexto de um rural em mudanças; Artigo 03 - Família e significado do casamento na roça; Artigo 04 - Casamento na roça: Uma etnografia. No primeiro artigo procuramos mostrar que mudanças sociais implicaram em uma reestruturação das famílias, tanto no que se refere à organização interna como também no número de membros que a compõem. Tais mudanças resultaram em modificações nos papéis conjugais e na forma de produção e reprodução familiar. O que ocorre são novas apropriações de arranjos familiares que não se contrapõem aos modelos já existentes, mas modificam a forma como olhamos para o conceito de família. No segundo artigo buscamos evidenciar que as famílias continuam desempenhando um papel fundamental no cotidiano daqueles que vivem no rural e que essa se encontra em um

continuo processo de mudança na sua forma tradicional, sobretudo no que diz respeito ao modo de produção e reprodução familiar. No terceiro artigo apresentamos os significados atribuídos ao casamento: Casamento-poder; casamento-religiosidade; casamento-necessidade. No quarto artigo apresentamos a etnografia desenvolvida a partir do acompanhamento do ritual do casamento antes, durante e depois. Procuramos apresentar o ritual que é valorizado e presente no imaginário coletivo, onde há uma valorização dos valores e ritos locais e um desejo intergeracional de reprodução dos mesmos. Mesmo com modificações, a incorporação de novos elementos ao rito não despreza as tradições que dão sentido a sua prática. Desenvolver um estudo com famílias proprietárias de terra nos possibilitou apreender o rural, como espaço privilegiado em processo de mudanças, as quais refletem na produção e reprodução de um grupo social específico, sendo o casamento mais uma prática em transformação que é ressignificada.

*

Título: Análise da eficácia do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) para a redução da vulnerabilidade social de famílias do município de Belo Horizonte/MG.

Autora: Jacqueline Fonseca Sampaio

Orientadora: Tereza Angélica Bartolomeu

Data da defesa: novembro de 2010

As mudanças demográficas e as transformações nas estruturas econômicas e nas instituições têm exercido

uma pressão para a melhoria dos programas e serviços da Assistência Social. Ou seja, a emergência de novos grupos demandatários de direitos, novas necessidades, demandas e novos riscos, exigem remodelagens nos padrões das políticas sociais, reposicionando o Estado e a família nesse processo. A Política Nacional de Assistência Social, instituída em 2004, definiu a assistência social como política de direito, firmando um compromisso entre os três entes federativos com uma nova concepção política capaz de viabilizar ações descentralizadas, por meio de uma gestão democrática. Nota-se, contudo, que a realidade prática nem sempre é condizente com o discurso da política. Nesse sentido, a presente pesquisa consistiu em verificar a eficácia do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS no processo de redução das vulnerabilidades e contribuição para a inclusão social de famílias do município de Belo Horizonte/MG, por meio da análise das atividades desenvolvidas no Centro. Especificamente, objetivou-se examinar a adequação dos objetivos, metas e ações do CRAS, em relação às orientações técnicas do governo federal, identificando as redes socioassistenciais de apoio ao seu funcionamento, e atendimento às famílias, considerando o perfil socioeconômico das mesmas e o seu grau de vulnerabilidade social. Para tanto, fez-se uso de pesquisas documentais e bibliográficas, além de entrevista semi-estruturada com os coordenadores de CRAS. A análise dos dados se deu por meio da estatística descritiva, enquanto os dados coletados nas entrevistas foram submetidos à análise das falas.

Constatou-se que não há adequação dos objetivos, metas e ações dos CRAS pesquisados em Belo Horizonte, em relação às orientações técnicas do governo federal. Limitações, como estrutura física inadequada, recursos materiais insuficientes para a escuta e acompanhamento das famílias, abrangência do território, como unidade de intervenção e a deficiência na composição da equipe mínima necessária ao seu atendimento, têm conduzido à ações emergenciais, sem uma efetiva prática da intersectorialidade e, portanto, da integração das redes socioassistenciais na solução dos problemas sociais. O Índice de organização Familiar, utilizado para dimensionar a vulnerabilidade social, apresenta limitações, pela diversidade de arranjos familiares e por não retratar os processos e trajetórias de exclusão social, em uma perspectiva dinâmica e multidimensional. As principais vulnerabilidades das famílias referiam-se a disponibilidade de recursos e acesso ao conhecimento, tendo sido o atendimento do CRAS associado principalmente a encaminhamentos para as áreas de assistência social (doação de cesta básica) sem um contato posterior para verificar a sua efetivação. Além disso, o número de famílias que recebem o atendimento e conseqüente encaminhamento é bem menor que o número de famílias cadastradas no serviço. Nesse sentido, apesar do aspecto inovador do desenho organizacional da política de assistência social, o reduzido investimento na área e a fragilidade dos serviços socioassistenciais têm levado ao desenvolvimento de ações pontuais e descontínuas, mediante práticas assistencialistas, incapazes de

atender plenamente às contingências e situações concretas de vulnerabilidade e, portanto, de promover a universalização dos direitos socioassistenciais da cidadania.

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Título: Análise da qualidade da formação continuada de professores na perspectiva do Programa Pró-Letramento

Autora: Bárbara Lima Giardini

Orientadores: Rita de Cássia de Alcântara Braúna, Alvanize Valente Fernandes Ferenc (*co-orientadora*) e Rosimar de Fátima Oliveira (*co-orientadora*)

Data da defesa: fevereiro de 2011

Este trabalho de dissertação tem como objetivo analisar a qualidade da formação continuada de professores no Programa “Pró-Letramento: Mobilização pela qualidade da educação”. Especificamente, apontar coerência e/ou incoerência interna no Programa, verificar o cumprimento dos objetivos propostos; identificar a natureza do Pró-Letramento; verificar e identificar elementos da formação que contribuam para uma prática docente de qualidade. O interesse pela pesquisa decorre da necessidade de investimento no campo da formação continuada de professores. A escolha do objeto foi marcada pela experiência como coordenadora municipal do Programa bem como pela incidência dos cursos em disciplinas consideradas críticas do currículo: Língua Portu-

guesa e Matemática; pela abrangência nacional do Pró-Letramento; e as universidades como agentes responsáveis pela formação dos professores tutores. Escolho a abordagem qualitativa de pesquisa e o tipo de pesquisa bibliográfico-documental como os mais adequados para a realização do trabalho. A discussão do referencial teórico aborda as políticas de formação de professores, os paradigmas de formação, as novas perspectivas e tendências atuais da formação continuada, a qualidade em educação. A classificação e análise dos dados enfatizam a concepção de professor, a concepção de formação, a relação entre formação e profissionalização, os conteúdos e metodologias de formação e o componente da avaliação externa presentes no Programa. Em termos de resultados, nota-se o cumprimento parcial dos objetivos propostos, a incoerência interna do programa e a natureza compensatória do Pró-Letramento. No que se refere à qualidade do Programa, os documentos apresentam elementos indicativos de qualidade que podem favorecer um bom desempenho dos professores e contribuir para melhorias na prática pedagógica, ao mesmo tempo em que há a presença de aspectos problemáticos quando se pensa a qualidade da formação como um todo. Diante disso, ainda fica a necessidade de criação e desenvolvimento de programas de formação continuada de professores que constituam, no cenário atual, inovações em termos de atualização de conhecimento e que oportunizem efetivamente a constante melhoria da prática docente em prol de um

processo ensino-aprendizagem com qualidade, em seu sentido global.

*

Título: Os cursinhos populares: um estudo comparado entre o MSU e a EDUCAFRO

Autora: Camila Zucon Ramos de Siqueira

Orientadores: Dileno Dustan Lucas de Souza, Maria das Graças M. Ribeiro (*co-orientadora*) e José dos Santos Souza (*co-orientador*)

Data da defesa: março de 2011

Essa dissertação trata dos cursinhos pré-vestibulares populares no Brasil. Mais especificamente acerca de dois grupos articuladores dessas experiências: o Movimento dos Sem-Universidade – MSU e a Educação e Cidadania para Negros e Carentes – EDUCAFRO. Ao longo da trajetória dos movimentos sociais no Brasil, a partir da década de 1990, eles abrandam seu caráter contestatório, tornando-se mais propositivos e acompanhando a chamada “globalização”. O objetivo deste trabalho foi compreender comparativamente o MSU e a EDUCAFRO, investigando as diferenças na estratégia e filosofia política de ambos para democratização do acesso ao ensino superior. A trajetória da pesquisa parte do histórico dos movimentos sociais no Brasil, da educação popular nesse contexto, seguido do surgimento e um breve histórico dos pré-vestibulares populares no País, tendo como foco do estudo o MSU e a Educafro, a partir de uma análise comparada. A metodologia utilizada para compreender esses núcleos foi

uma revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas com membros do MSU-Minas e da EDUCAFRO-Minas e, por fim, um grupo focal com a presença de ambos. Detectamos que as principais convergências entre as experiências se situam no âmbito da sua tática e funcionamento de atuação. As tensões residem na atuação política desses e na compreensão da educação pública. As articulações se dão na atuação direta, ou seja, nas lutas concretas e pautas unificadoras como: Cotas, ProUni, isenção da taxa de inscrição no vestibular. Há momentos de união entre as partes analisadas, porém evidencia-se que a noção de educação pública é diferenciada entre MSU e EDUCAFRO. A compreensão das ações afirmativas também gera divergências: o MSU as compreende como paliativas, enquanto a EDUCAFRO as enxerga como uma reparação ao povo negro, objetivando a transformação estrutural.

*

Título: A criança de seis anos no ensino fundamental na perspectiva de mães e professoras

Autora: Michelha Vaz Pedrosa

Orientadores: Rita Márcia Andrade Vaz de Mello, Milton Ramón Pires de Oliveira (*co-orientador*) e Rita de Cássia de Souza (*co-orientadora*)

Data da defesa: abril de 2011

A presente pesquisa objetivou investigar como as mães representam a entrada da criança de seis anos no Ensino Fundamental, assim como a representação que têm da alfabetização nas turmas de seis anos, buscando

verificar se há influência de sua parte sobre o trabalho das professoras neste quesito. O estudo desenvolveu-se por meio da abordagem qualitativa. Utilizaram-se como instrumentos de coleta de dados a observação, o questionário, a entrevista semiestruturada e o diário de campo. Os dados obtidos nas entrevistas foram analisados segundo a técnica de Análise de Conteúdo. O lócus da pesquisa constituiu-se de duas escolas da rede pública municipal de educação da cidade de Muriaé – Minas Gerais. Os sujeitos pesquisados foram seis mães e cinco professoras regentes do 1º ano de escolaridade obrigatória. Os resultados indicaram uma tendência por parte das mães em associar o atual primeiro ano de escolaridade à antiga primeira série, o que as leva, em muitos momentos, a depositar sobre a criança de seis anos e sobre o trabalho da escola as mesmas expectativas de aprendizagem e desenvolvimento antes depositadas nas crianças de sete anos. Dentre as principais expectativas das mães quanto à entrada da criança de seis anos no Ensino Fundamental, destaca-se a ruptura com as práticas atribuídas à Educação Infantil, a aprendizagem da leitura e escrita, bem como o afastamento da rua e da criminalidade. Há, por parte das mães, o desejo e a satisfação em ver os filhos lendo e escrevendo, mesmo que sejam apenas palavras simples, já no primeiro ano de escolaridade. A maioria delas demonstrou compreender a existência das especificidades da criança de seis anos, dentre elas a ludicidade, assim como a compreensão das diferenças individuais de cada criança. No entanto, algumas mães apresentaram uma visão

de alfabetização ao longo do primeiro ano de escolaridade como sendo uma meta para os filhos. A justificativa para tal postura pauta-se no fato de não haver mais a reprovação, o que para elas poderá prejudicá-los caso passem para o ano seguinte sem estarem alfabetizados. Quanto à relação família e escola, foi possível observar que esta ainda necessita ser estreitada. As mães afirmam compreender a importância da participação na vida escolar dos filhos, no entanto, algumas delas confessam não disporem do tempo necessário para acompanhá-los como deveriam. Todas mencionaram o fato de já terem, em algum momento, conversado com a professora sobre a aprendizagem da leitura e escrita; todavia, apenas uma delas demonstrou exercer acompanhamento mais sistemático sobre o trabalho da professora. Todas as professoras confirmaram o fato de haver interesse das famílias em torno da alfabetização dos filhos no decorrer do primeiro ano, contudo, consideram que tal fato não exerça influência sobre o seu trabalho. Para as professoras esse interesse está relacionado a outros fatores que de fato influenciam mais na relação de algumas famílias com a escola, como a falta de acompanhamento e colaboração, a falta de diálogo e as comparações feitas entre as diferentes crianças e o trabalho da escola com o de outras.

*

Título: Pedagogias antirracistas: tensões e possibilidades de caminhos em construção

Autora: Ana Paula Fernandes de Mendonça

Orientadores: Rita Márcia Andrade

Vaz de Mello, Rita de Cássia
Alcântara Braúna (*co-orientadora*) e
Willer Araujo Barbosa (*co-orientador*)

Data da defesa: maio de 2011

A pesquisa teve como objeto de estudo a implementação da legislação de cunho antirracista por uma escola pública de ensino fundamental. Buscou-se compreender como a temática étnico-racial era implementada, inferindo sobre as formas pelas quais professoras do 4º e do 5º ano do ensino fundamental incluíam em suas práticas educativas o ensino da história da África, a cultura afro-brasileira, a africana e a educação para as relações étnico-raciais. A partir de uma abordagem qualitativa, a investigação foi desenvolvida com intuito de contribuir para o mapeamento da questão étnico-racial, preocupando-se com a organização do trabalho pedagógico. Os caminhos da literatura percorreram as trilhas dos estudos sobre o movimento negro, as relações raciais no Brasil, contextualizando o tema até a promulgação de Lei nº. 10.639/2003 e da Resolução nº. 1/2004. Por conseguinte, a discussão sobre currículo foi apontada, visando refletir sobre a inserção da diversidade no panorama curricular nacional. Considerando que a legislação de cunho antirracista é resignificada pelas professoras que elaboram táticas para efetivar práticas educativas ao redor de um assunto, foram vislumbrados os estudos sobre cultura escolar e cotidiano para respaldar a investigação a respeito da implementação do debate étnico-racial. Para concretizar a investigação, a pesquisa utilizou observação exploratória, análise documental e entrevistas, como

técnicas de coleta das informações pertinentes ao tema proposto, utilizando a técnica de análise de conteúdo para transformá-las em dados. Acerca dos resultados, as professoras participantes da pesquisa evidenciaram a elaboração de táticas voltadas para a implementação da legislação antirracista com base no uso do livro didático da disciplina de História, associadas ao apoio da figura do supervisor pedagógico. Concluiu-se que as professoras resignificam a temática a partir de um olhar para o combate ao racismo e a valorização do negro na sociedade. Da mesma forma, o trabalho do supervisor pedagógico se mostrou de grande relevância, promovendo a articulação entre a Escola e o Movimento Negro Local.

*

Título: O pedagogo e seus espaços de atuação nas representações sociais de egressos do curso de Pedagogia

Autora: Soraia Lourenço de Aquino
Orientadores: Ana Cláudia Lopes
Chequer Saraiva, Rita de Cássia de Alcântara Braúna (*co-orientadora*) e Denílson Santos de Azevedo (*co-orientador*)

Data da defesa: maio de 2011

Esta pesquisa teve por objetivo identificar as Representações Sociais dos egressos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa (UFV) nos espaços, educativos formais e não formais, de atuação do Pedagogo. Especificamente, buscou caracterizar as experiências, práticas, saberes e desafios enfrentados por aqueles no exercício da profissão. Esta investigação, de abordagem qualitativa,

foi fundamentada por uma pesquisa bibliográfica, sendo complementada com dados empíricos coletados de 10 pedagogas egressas do Curso de Pedagogia da UFV, através de entrevista semiestruturada e de um questionário socioeconômico. A Revisão de Literatura foi constituída dos seguintes eixos temáticos: 1) O Curso de Pedagogia no Brasil; 2) O Curso de Graduação em Pedagogia da UFV; 3) A Educação Formal e Não Formal e os espaços potenciais de atuação do pedagogo; 4) Pesquisas empíricas já realizadas sobre o campo temático investigado; e 5) A Teoria das Representações Sociais, que é o guia teórico metodológico que orientou este estudo. A análise dos dados apontou para o entendimento de que a escolha pelo Curso de Pedagogia foi determinada pela necessidade de inserção na Universidade, facilidade de acesso e empregabilidade. Suas concepções sobre o que vem a ser a Pedagogia são mediadas e se ancoram nas experiências vivenciadas no exercício da profissão A inserção

nos espaços pedagógicos impõe às pedagogas vários desafios. Em face da diversidade dos contextos e sujeitos envolvidos nos processos educativos, as licenciadas consideram que a formação adquirida no Curso de Pedagogia não lhes fornece conhecimentos teóricos e práticos que possibilitem a elas intervir nos processos pedagógicos, havendo a ressalva, principalmente, dos espaços não escolares e das modalidades de educação não formais. Em face desse contexto, há um destaque para os saberes da experiência e para os processos formativos inerentes ao exercício da profissão. Considerando tratar-se de pedagogas que concluíram a graduação no interstício de um ano, focalizamos os primeiros anos do desenvolvimento profissional como etapa de descoberta, adaptação e intensas aprendizagens. Em se tratando de espaços não formais, com características bastante diferenciadas da escola, como espaços de atuação do pedagogo, por excelência de tradição e legitimidade, os desafios tornam-se ainda maiores.